

O TIBETE ENTRE IMPÉRIOS: FORMAÇÃO E SOBREVIVÊNCIA DE UMA IDENTIDADE CULTURAL. ENSAIO BIBLIOGRÁFICO

José Raimundo Noras

| *Centro de História (FLUL) e Centro de Investigação Joaquim Veríssimo Serrão (CIIJS)*

125

No presente ensaio pretendemos analisar a principal produção académica relativa à formação da identidade cultural do Tibete e de que modo, mais recentemente, esta se tem assumido como reivindicação nacional. Consideramos, à partida, que tal afirmação de identidade cultural tibetana deve ser compreendida em relação ao desenvolvimento dos impérios chines e mongol, entre outros intervenientes, mais esporádicos, na evolução política e cultural das sociedades da Ásia Central. Em termos cronológicos, não propomos balizas estanques, abordamos a «questão do Tibete» – para utilizar a expressão de Tom Grunfeld¹ – na perspetiva da longa duração, isto é da formação do Império tibetano nos séculos VII e VIII à recente incorporação do território na República Popular da China, no século XX. Não adotamos qualquer posição dogmática no debate historiográfico acerca das relações históricas entre o Tibete e a China, nas suas mais variadas formulações enquanto entidades políticas. Aliás, pretendemos dar conta desse debate, apresentando as duas perspetivas em confronto.

No decurso deste ensaio propomos assim, em primeiro lugar, uma análise à historiografia produzida sobre o Tibete, analisando as «histórias do Tibete» mais recentes, bem como trabalhos «clássicos» neste âmbito. Escolhemos obras que apresentam uma análise da «questão tibetana» na lógica da longa duração e que, de alguma forma, abordem a relação do Tibete com os diversos impérios da região. No segundo momento, concentramos a nossa análise em textos historiográficos com maior especificidade, como por exemplo os que se concentram na evolução das elites tibetanas no século XVIII; nas relações culturais entre o Tibete, a Mongólia e a China; ou no período «moderno», isto é, contemporâneo da história Tibetana. Analisaremos com especial enfoque as duas perspetivas sobre a história tibetana do ponto de vista da soberania política, tendo em atenção os livros e artigos onde se sustenta a «perspetiva chinesa», assim como os que adotam a «posição dos exilados». Por outro lado, no último momento elencaremos, retrospectivamente, alguma da bibliografia que se tem produzido acerca da análise histórica dos contactos do Tibete com o ocidente europeu, sobretudo

¹ A. Tom Grunfeld, «The question of Tibet», *Current History: A journal of contemporary world affairs*, n.º 629, 1999, págs. 291-295.

a partir das viagens pioneiras dos jesuítas portugueses no século XVII e de outros exploradores.

Os estudos sobre o Tibete inserem-se numa tradição académica a qual, não raras vezes, se faz remontar ao jesuíta italiano Ippolito Desideri², explorador do Tibete durante o século XVIII. No século XIX, em várias academias europeias a «tibetologia» (ou os estudos tibetanos) foram-se desenvolvendo, sobretudo, com base nos relatos dos viajantes jesuítas, quer do século XVII, quer do século XVIII, e, mais tarde, também das viagens de exploração britânicas. Esses estudos iniciais sobre o país e a cultura tibetana resultavam, fundamentalmente, de uma visão etnográfica do objeto de estudo, quase sempre correlacionada com o próprio desenvolvimento do «colonialismo oitocentista», triunfante no século XIX e não muito distante do que viria a ser o ponto de vista «orientalista».

Analisando a historiografia disponível, a primeira grande abordagem acerca das origens remotas do Tibete e da formação de um império tibetano na Ásia Central no decurso dos séculos VII a VIII foi-nos fornecida por Christopher Beckwith, no seu *The Tibetan Empire in Central Asia: A History of the Struggle for Great Power among Tibetans, Turks, Arabs, and Chinese during the Early Middle Ages*³. Com um horizonte cronológico centrado entre os anos 600 e 850 da nossa era, Beckwith propõe-nos uma narrativa do ponto de vista dos tibetanos, conseguindo, ao mesmo tempo, alicerçar o seu discurso nas fontes árabes, turcas e chinesas. Ao longo de seis capítulos, o autor apresenta-nos uma história do império tibetano correlacionada com a dos seus «rivais» pelo domínio da Ásia Central. No primeiro capítulo, é abordado o problema do domínio da «entrada da Ásia Central» e da importância das rotas comerciais centradas nessa região na alta Idade Média. Num momento posterior, o livro aborda a relação do império tibetano com os seus territórios mais ocidentais e com as potências onde fazia fronteira. Nos capítulos quatro e cinco, são abordadas as relações entre os turcos e os árabes, bem como a constituição da «aliança Türgis». No último capítulo, o discurso histórico detém-se na abordagem das relações entre a China T'ang e os árabes. O livro apresenta ainda uma interessante conclusão acerca do papel político do império tibetano, na alta Idade Média, e a sua análise à luz dos modernos conhecimentos historiográficos.

O livro de Beckwith constituiu novidade, tanto pela base sólida de análise das diversas fontes primárias disponíveis – quer tibetanas, quer de

² Veja-se sobre este assunto Hugues Didier, «Estudo histórico» em *Os Portugueses no Tibete: os primeiros relatos dos jesuítas (1624-1635)*. Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2000, pp. 11-72.

³ Christopher I. Beckwith, *The Tibetan Empire in Central Asia: A History of the Struggle for Great Power among Tibetans, Turks, Arabs, and Chinese during the Early Middle Ages*. Princeton: Princeton University Press, 1987.

outra origem –, como ainda pela abordagem detalhada do período imperial, correspondente, de certo modo, à afirmação de uma nova identidade cultural no centro da Ásia: o Tibete. Ao mesmo tempo, esta obra enquadra-se numa linhagem de abordagens historiográficas sobre o Tibete, que podemos fazer reportar aos trabalhos de Stein, de Richardson ou de Snellgrove⁴. O livro de Stein já propunha uma análise das origens culturais do povo tibetano, centradas nesse período imperial pré-budista. De facto, organizado em cinco partes, *The Tibetan Civilization*, constituiu uma referência obrigatória nos estudos tibetanos durante algumas décadas e, ainda hoje, se revela um trabalho importante do ponto de vista histórico-cultural e não só. Na primeira parte, o autor descreve geograficamente a região do Tibete, fazendo uso de relatos tibetanos, e retrata, com cuidados antropológicos extremos, os povos que aí habitam. Num segundo momento, analisa de forma sincrónica a história tibetana das origens imperiais à atualidade, em estudo histórico sintético com algumas lacunas. As partes quatro e cinco, respetivamente, são dedicadas à abordagem da estrutura social tibetana e das transformações religiosas ao longo da história do Tibete. Por fim, na quinta parte, escreve com grande detalhe sobre a arte e sobre a literatura tibetanas, das origens até à época da publicação.

Alguns anos antes de Stein, Richardson publicou o seu *Tibet and its history*⁵ e, mais tarde, em conjunto com Snellgrove, lançou *A Cultural History of Tibet*⁶. No primeiro livro, é proposta uma abordagem «histórica clássica», distinta do ponto de vista culturalista de Stein, na qual se retoma «o fio da história», iniciando no século VI, época dos primeiros reis do Tibete, e terminando no século XX, com a invasão da China comunista, numa narrativa estruturada em doze capítulos. A obra de conjunto com Snellgrove também aborda a longa duração da história tibetana, mas a partir de um ponto de vista diacrónico, ao contrário da estrutura do livro de Stein. Os nove capítulos do livro são organizados em três partes: «os primeiros reis», «a Idade Média» e «os chapéus amarelos», cada uma destas com três capítulos. Na primeira parte, retoma-se a importância da fundação dinástica do Tibete, nos séculos VI e VII, aborda-se o período imperial e as relações com a China T'ang, assim como o aparecimento do budismo no país. Na parte dedicada à Idade Média, os autores começam por deter a sua atenção nos fundamentos da vida monástica, para depois se preocuparem com a fase de domínio mongol e com as alterações religiosas no final desse período. Nos

⁴ Por exemplo, R. A. Stein, *Tibetan Civilization*. Stanford, Stanford University Press, 1972; Hugh E. Richardson, *Tibet and its History*, Second Edition, Revised and Updated. Boulder, Shambhala, 1984; David L. Snellgrove e Hugh E. Richardson, *A Cultural History of Tibet*. Boulder, Prajña Press, 1980.

⁵ Hugh E. Richardson, *Tibet and its History*, Second Edition, Revised and Updated, Boulder, Shambhala, 1984.

⁶ David L. Snellgrove e Hugh E. Richardson, *A Cultural history of Tibet*, Boulder, Prajña Press, 1980.

três capítulos seguintes, agrupados sob a designação «chapéus amarelos», é, primeiramente, relatada a tomada de poder pela escola budista Gelupa (ou «os chapéus amarelos») no reinado do V Dalai Lama, Ngawang Lobsang Gyatso (ou o «Grande Quinto»), na segunda metade século XVII. Posteriormente, os autores referem-se ao domínio da China Manchu e à instauração de um protetorado chinês no Tibete, sendo que os desenvolvimentos da história tibetana no século XX, merecem um capítulo autónomo.

Bastante mais recente é coletânea de estudos *The History of Tibet*, editada por Alex McKay⁷. Trata-se de um conjunto de artigos, produzidos por cerca de 20 autores, que percorrem os grandes temas da história tibetana em três volumes organizados cronologicamente, desde o tempo dos primeiros reis até à constituição do protetorado chinês na dinastia Manchu. Merece destaque o excerto que retoma o tema da conversão budista da região tibetana escrito por David Snellgrove⁸. O livro também comporta a reedição do artigo de Turrel Wylie, *The first mongol conquest of Tibet reinterpreted*⁹, o qual propôs uma nova análise da primeira invasão mongol do Tibete, na base das relações de suserania estabelecidas entre os imperadores mongóis e os régulos tibetanos. Ao mesmo tempo, nesse volume, surgem novas interpretações da história tibetana, como por exemplo o curioso artigo de Georges Dreyfus: *Cherished memories, cherished communities: proto-nacionalism in Tibet*¹⁰, no qual é explorado o desenvolvimento de um sentimento protonacional tibetano ainda durante o século XIX. Trata-se de uma nova abordagem, em clivagem com a visão tradicional que associa o desenvolvimento da identidade nacional tibetana ao período áureo do reinado do XIII Dalai Lama, Thubten Gyatso, na transição entre os séculos XIX e XX. Outros registos pretendem fazer radicar as reivindicações autonómicas e protonacionalistas dos tibetanos ao período do reinado do V Dalai Lama, na segunda metade do século XVII. Neste caso, tomam a primeira experiência teocrática no Tibete como origem da própria formação de uma identidade cultural, a qual, mais cedo ou mais tarde, daria origem a uma reivindicação nacional¹¹.

Podemos, com segurança, afirmar que os volumes editados por Mackay¹² se organizam, não declaradamente, em três partes. Deste modo, os primeiros

7 Alex McKay (ed. lit.), *The History of Tibet*. Londres, Nova Iorque, Routledge/Curzon, 2003.

8 David Snellgrove, «Extract from 'The Conversion of Tibet'», em *The History of Tibet*. Londres, Nova Iorque, Routledge/Curzon, 2003, pp. 147-154.

9 Turrel V. Wylie «The First Mongol Conquest of Tibet Reinterpreted», *Harvard Journal of Asiatic Studies*, vol. 37, n.º 1 (jun., 1977), pp. 103-133 ou «The First Mongol Conquest of Tibet Reinterpreted in The Conversion of Tibet», em *The History of Tibet*. Londres, Nova Iorque, Routledge/Curzon, 2003, pp. 317-332.

10 Georges Dreyfus «Cherished memories, cherished communities: proto nacionalismo in Tibet», em *The History of Tibet*. Londres, Nova Iorque, Routledge/Curzon, 2003, pp. 492-522.

11 Ver David Snellgrove e Hugh Richardson, *ob. cit.* pp. 177-203.

12 Continuamos a referir-nos a Alex McKay (ed. lit.), *The History of Tibet*. Londres, Nova Iorque, Routledge/Curzon, 2003.

artigos dizem, essencialmente, respeito à introdução do budismo no Tibete e ao posterior desenvolvimento de seitas autóctones, das quais se veio a destacar a tradição Gelupa, ou «dos chapéus amarelos». Num segundo momento, os artigos, aí alinhavados em livro, respeitam ao desenvolvimento das elites tibetanas e à sua relação com os poderes imperiais vizinhos (mongol, na primeira fase, e chinês, numa fase posterior). Por fim, um último conjunto de artigos analisa a relação entre o Tibete e as potências ocidentais, focando-se, por exemplo, na problemática de averiguar qual o primeiro estrangeiro ocidental em Lhasa¹³ (correlacionando relatos medievais com as viagens jesuítas do século XVII), ou na imagem da Índia e dos britânicos nas fontes tibetanas¹⁴, entre outros.

Neste elencar da historiografia regional (ou nacional) acerca do Tibete convém referir a abordagem de Tsepon Shakabpa numa perspetiva de análise da história política do país e das aspirações dos seus habitantes. Referimo-nos a *Tibet, a Political History*¹⁵ cuja narrativa, estruturada em 21 capítulos, se foca, sobremaneira, nos diversos períodos de independência do Tibete, bem como na relação política do território com as grandes potências imperiais asiáticas.

Em linhas gerais, todas estas «histórias do Tibete» parecem ser consensuais no que respeita à conceção de uma periodização da história tibetana em quatro grandes momentos. O momento primordial corresponderia à formação da identidade cultural tibetana no período dos primeiros reis, associados à construção do antigo império e à religião tradicional «Bon pon». Posteriormente, deu-se introdução do budismo e a criação de interpretações locais que originam novas correntes religiosas. Na baixa Idade Média, as invasões mongóis contribuíram para uma nova realidade política no Tibete, fracionado em pequenos reinos ou protoestados sujeitos à autoridade central dos canatos mongóis e ao mesmo tempo à instituição do «Dalai Lama» enquanto figura tutelar da religião budista, ainda sem poder secular. No século XVII, o V Dalai Lama voltou a unificar o Tibete, o qual mais uma vez se assume como potência regional, ainda que formalmente dependente do poder mongol. Entre os séculos XVIII e XIX, os líderes tibetanos voltaram-se para oriente buscando apoio político e militar no seio do império chinês, sendo estabelecido um protetorado, que durou, apenas *de jure*, até ao início do século XX. Por fim, o próprio século XX materializa um novo período da história tibetana com o assumir de uma

13 James Cooper «The first western in Lhasa», em Alex McKay (ed. lit.). *The History of Tibet*, Londres, Nova Iorque, Routledge/Curzon, 2003, pp. 732-734.

14 Michael Aris, «India and the British according to a Tibetan text of the later eighteenth century», em Alex McKay (ed. lit.). *The History of Tibet*, Londres, Nova Iorque, Routledge/Curzon, 2003, pp. 768-784.

15 Tespon W. D. Shakabpa, *Tibet, a Political History*. New Haven, Yale University Press, 1967 (reeditado em 1984).

independência política, apenas durante o reinado do XIII Dalai Lama, até a uma nova ingerência chinesa a partir dos anos 50, consubstanciada na anexação plena, após a revolta de 1959.

Já demos nota, inicialmente, do principal estudo que aborda a formação do império tibetano e do «período antigo», por assim dizer, da história do país. Para a Idade Média propriamente dita, a produção bibliográfica não tem sido muito prolixa – para além das obras de conjunto abundantemente citadas, continua a ser fundamental o já referido artigo de Turrel Wylie: «*The first mongol conquest of Tibet reinterpreted*»¹⁶. Ao invés, o período moderno mereceu um olhar mais profundo dos estudos publicados. Na verdade, grande parte da produção historiográfica respeitante à história moderna do Tibete baseia-se na problemática dos contactos entre os «exploradores ocidentais» e a, mais ou menos secreta, realidade tibetana. Daremos nota dessa bibliografia num momento posterior. Por agora, interessa-nos referir os importantes estudos sobre a aristocracia e/ou sobre as elites tibetanas neste período. Desde logo, é forçoso salientar a análise, hoje já «clássica», de Luciano Petech¹⁷. Explorando as relações entre a China e o Tibete, o autor constrói uma narrativa sólida partindo da abordagem da invasão Dsungar para ilustrar todo o século XVIII. Esse século, na verdade, resultou no estabelecimento de um protetorado chinês no Tibete, tal como se dá conta nos últimos capítulos-síntese da obra, sobretudo no que respeita ao «fim do reino» e naquele que analisa retrospectivamente a administração chinesa do Tibete. No outro trabalho que abarca este período¹⁸, Petech propõe uma análise prosopográfica das principais famílias nobiliárquicas tibetanas, com um horizonte cronológico que se estende ao século XX. Nesse livro, são descritas as relações de poder entre os Tulkus, os «grandes espíritos» da religião dominante, as elites locais, tradicionalmente ligadas à terra, e os representantes do poder imperial chinês.

Para o mesmo período cronológico – bem entendido, o século XVIII – mais recentemente Françoise Wang-Toutain¹⁹ explorou as relações diplomáticas e, em certa medida pessoais, entre o príncipe tibetano m’Gon-po Skyabs, o imperador chinês Qianlong e as cortes mongóis. Equaciona, nesse

¹⁶ Turrell V. Wylie «The First Mongol Conquest of Tibet Reinterpreted», *Harvard Journal of Asiatic Studies*, vol. 37, n.º 1 (jun., 1977), pp. 103-133 ou «The First Mongol Conquest of Tibet Reinterpreted», em *The History of Tibet*, Londres, Nova Iorque, Routledge/Curzon, 2003, pp. 317-332.

¹⁷ Referimo-nos a Luciano Petech, *China and Tibet in the Early 18th Century: history of the establishment of Chinese protectorate in Tibet*. Leiden, Brill, 1972 e *Idem, Aristocracy and Government in Tibet 1728-1959*. Roma, Istituto italiano per il Medio ed Estremo Oriente, 1973.

¹⁸ Aqui referimo-nos apenas a *Aristocracy and Government in Tibet 1728-1959*.

¹⁹ Françoise Wang-Toutain, «Circulation du savoir entre la Chine, la Mongolie et le Tibet au XVIII siècle. Le prince mGon-po skyabs», *Études chinoises: bulletin de l'Association française d'études chinoises*, n.º 24, 2005, pp. 57-112.

estudo, não apenas as relações de poder ou de suserania, mas também os veículos de transmissão do «saber livresco» nessa geografia e no presente quadro cronológico. Merece também relevo a obra sobre a instituição dos Dalai Lamas, de Ardy Verhaegen²⁰: trata-se de historiografia religiosa e social com raízes no período medievo, focando-se na introdução do budismo e no seu desenvolvimento até a atualidade, ainda que bastante centrado no período moderno.

Bastante polémico e profícuo em múltiplas abordagens historiográficas (ou, noutra perspetiva, políticas) tem sido o período recente da história do Tibete, referimo-nos, *grosso modo*, ao século XX. De facto, têm surgido novos estudos sobre a dita «história moderna» (na tradução literal do inglês), ou melhor diríamos «contemporânea», do Tibete refletindo, precisamente, sobre essa evolução política do território durante o século XX.

Neste contexto, torna-se fundamental referir o livro de John Powers: *History as Propaganda: Tibetan Exiles versus the People's Republic of China*²¹. Em quatro capítulos, Powers problematiza não só a atual relação política entre o Tibete e a China Popular, mas também a utilização ideológica da «História», proposta, avidamente, por ambos os pontos de vista em conflito. Nos dois primeiros capítulos, o autor aborda as origens do Tibete, ou melhor, do «velho Tibete» e coloca em contexto as personagens principais, as tramas políticas e as motivações das mesmas. No terceiro capítulo, é analisada a «reinvenção da China» e toda a política comunista e patriótica de integração dos antigos territórios do império chinês, durante a Segunda Grande Guerra e no pós-guerra. Por fim, é colocada a tónica no debate político atual, onde se utiliza a «história política do Tibete» para justificar quer a integração plena do território na China, quer as reivindicações de autonomia abrangente ou de independência.

O texto de Powers é problematizador e intrigante, apresentando argumentos de parte a parte, sem ceder à eloquência da argumentação que analisa. Na visão de Powers, vemos como facilmente e, em pleno século XXI, a história pode ser utilizada como arma de propaganda política, quer de motivações quase imperiais, quer de reivindicações nacionais e independentistas. Com base nos mesmo pressupostos mas, ainda mais recente, é o trabalho de Warren Simth Jr. *China's Tibet?: autonomy or assimilation*²². Simth coloca em retrospectiva a história da China e do Tibete, bem como as relações entre os dois países. No entanto, o «grosso do livro» consiste na

²⁰ Ardy Verhaegen, *The Dalai Lamas. The institution and its history*. Nova Deli, D. K. Printworld, 2002.

²¹ John Powers, *History as Propaganda: Tibetan Exiles versus the People's Republic of China*. Nova Iorque, Oxford University Press, 2004.

²² Warren W Simth Jr., *China's Tibet?: autonomy or assimilation*. Lanham, Rowman & Littlefield Publishers, 2008.

análise das políticas chinesas, nos dias de hoje, em relação ao Tibete, daí a questão central: «autonomia ou assimilação?» Perante o que considera ser uma atitude de «assimilação hostil» a esse povo, o autor defende abertamente o direito à autodeterminação dos tibetanos de forma a proteger a sua identidade cultural e a responder ao que considera serem as suas «legítimas reivindicações» enquanto «nação colonizada».

O ponto de vista chinês no debate sobre a «questão tibetana» também tem sido explorado por alguns autores, quase todos chineses. A doutrina oficial da República Popular da China nasce da argumentação segundo a qual, de uma forma ou de outra, o Tibete sempre foi um domínio chinês, sensivelmente, a partir do século XIII. É esta perspetiva histórica – com algum fundamento, como vimos sobretudo no que respeita ao período posterior ao século XVII – que é defendida por Jiawei Wang e Nyima Gyaincain no livro *The Historical Status of China's Tibet*²³. Essa obra constitui uma espécie de «história oficial chinesa» do «estatuto político» do Tibete. Algumas vozes ocidentais também defendem esta posição, como por exemplo o publicista espanhol Higinio Polo, em artigo acerca da alegada repressão sobre novas manifestações tibetanas²⁴. No entanto, os pressupostos históricos da posição oficial chinesa sobre o estatuto do Tibete parecem frágeis. Apesar de ser inegável que durante muito tempo o Tibete foi um protetorado chinês (ou funcionou na órbita do «Império do Meio»), também não nos parece verosímil desmentir quer os reais períodos de completa autonomia política, quer a existência de uma abrangente «liberdade política», no quadro tanto do império chinês como dos diversos «poderes reais» herdeiros dos mongóis. Aliás, foram feitas neste sentido as afirmações do reputado historiador chinês Ge Jianxiong, desmentindo que o Tibete fosse um domínio da China Tang, na baixa Idade Média, gerando acesa polémica na «República Popular», hoje sucessora do império²⁵.

Ainda em relação à abordagem histórica do Tibete no século XX, convirá referir vários estudos marcados por uma manifesta imparcialidade na abordagem dos desenvolvimentos políticos. Melvyn Goldstein trouxe-nos, em dois volumes distintos, uma «História Moderna do Tibete»²⁶. No primeiro tomo, intitulado *The Demise of the Lamaist State*, o autor analisa, em três partes, o final do reinado do XIII Dalai Lama, a partir da declaração de

23 Jiawei Wang e Nyima Gyaincain, *The Historical Status Of China's Tibet*. Pequim, China Intercontinental Press, 1997.

24 Higinio Polo, «Tíbet: maquinación y mentira», *El Viejo Topo*, Madrid, n.º 224, 2008, pp. 8-17.

25 Ver Venkatesan Vembu, «Tibet wasn't ours says Chinese Scholar», *DNA, Daily News and Analysis*, 22/02/2007 (http://www.dnaindia.com/world/report_tibet-wasnt-ours-says-chinese-scholar_1081523).

26 Melvyn C. Goldstein, *A History of Modern Tibet, 1913-1951: The Demise of the Lamaist State*. Berkeley, University of California Press, 1989 e *Idem, A History of Modern Tibet 1951-1955: the calm before the storm*. Berkeley, University of California Press, 2007.

independência até à assinatura do «acordo dos 17 pontos» com a «China Comunista», subsequente à ocupação de 1951, já no reinado do atual XIV Dalai Lama, Tenzin Gyatso. No segundo volume, também estruturado em três partes, são abordadas com grande detalhe as relações entre o governo tibetano, o XIV Dalai Lama e os comunistas chineses, entre 1951 a 1955. Esse período, apesar de momentos de rutura, foi caracterizado pelo diálogo entre ambas as partes, bem como pelo início dos planos de desenvolvimento industrial do Tibete. Goldstein dá a entender no subtítulo deste volume que se trata «da calmaria que antecede a tempestade» (*the calm before the storm*) – é esperado um terceiro volume desta «História Moderna do Tibete».

Centrado nos acontecimentos políticos da história do Tibete a partir de 1947 podemos referir o livro de Tsering Shakya²⁷ editado em 1999. Nessa obra são abordados os aspetos diplomáticos e de contraespionagem em todo o conflito tibetano, sobretudo do ponto de vista inglês. Foi dado, ainda, especial enfoque às queixas tibetanas à Organização das Nações Unidas (ONU) e à rebelião armada de 1959, sendo referidos, com fontes documentais, os «apoios secretos» dados à intentona por parte de britânicos e de norte-americanos. Shakya estende a sua abordagem até aos acontecimentos na Praça Tian'anmen, em 1989, e às, ainda mais recentes, revoltas tibetanas, protestos que, segundo o autor, têm ficado «em segredo dos olhares ocidentais».

Resta-nos ainda referir os trabalhos de Tom Grunfeld como esteio do que se tem produzido sobre a história recente do Tibete. No artigo «The question of Tibet»²⁸, redigido como submissão à revista *Current History*, Grunfeld fez um «resumo para leigos» dos grandes momentos da história tibetana, propondo depois um esclarecimento do debate político, dentro e fora da China, sobre a «questão do Tibete», desde 1959. Apesar de se tratar de artigo com relevância, bastante mais importante foi o seu livro *The Making of the Modern Tibet*²⁹, uma análise cuidada dos últimos duzentos anos de história tibetana. O autor começa por evocar as raízes tradicionais do Tibete, para depois narrar, em linhas gerais, os primeiros contactos dos tibetanos com as potências ocidentais. Em capítulo posterior, discorre sobre a construção do «moderno Estado tibetano» e depois analisa, com detalhe, as relações políticas com a República Popular da China, da «lua de mel à revolta».

Para além de todos estes estudos, a história do Tibete também é aflorada nos relatos da vida de Tenzin Gyatso – atual XIV Dalai Lama e Prémio

²⁷ Tsering Shakya, *The Dragon in The Land of Snows*, New York, Columbia University Press, 1999.

²⁸ A. Tom Grunfeld, «The question of Tibet», *Current history: A journal of contemporary world affairs*, N.º 629, 1999, pp. 291-295

²⁹ A. Tom Grunfeld, *The Making of Modern Tibet*. Armonk, M. E. Sharpe, 1996.

Nobel da Paz em 1989 – e dos seus predecessores. Neste capítulo, é importante referir outro trabalho de Melvyn Goldstein: *The Snow Lion and The Dragon*³⁰. Tal obra historiografa as relações políticas entre o Tibete, os Dalai Lamas e a China na perspetiva da longa duração. É bastante conhecida a autobiografia de Tenzin Gyatso³¹ e a sua perspetiva da história do Tibete antes da ocupação, mas mais interessante de um ponto de vista científico (e até mesmo literário) será o registo biográfico da jornalista alemã Sabine Wienand³².

Conforme a proposta inicial, a lógica da exploração bibliográfica da construção identitária do Tibete não pode ser realmente compreendida sem integração das referências da relação Tibete/Ocidente, nos vários matizes e momentos históricos. Thierry Dodin e Heinz Rather editaram, em 2001, um volume coletivo sob o título *Imagining Tibet – perceptions, projections and fantasies*³³, no qual o fenómeno cultural da projeção do Tibete no Ocidente é analisado desde a Idade Média até ao movimento «New Age». As múltiplas perspetivas dos diversos autores convocam construções quase sempre mitificadas do Tibete, à qual não foram alheios os diferentes relatos ocidentais dos que viajaram ou apenas efabularam sobre esta região. Ao jeito de síntese, o capítulo final, assinado pelos organizadores, viaja entre as diferentes imagens do Tibete, muitas vezes em oposição declarada, «entre Sangri-la e a opressão feudal». Seja uma «terra desolada», cheia de «adoradores do demónio», seja uma das «origens dos reis magos», quase «paraíso terrestre», o Tibete surge retratado aos leitores ocidentais por olhares construídos sobre a «realidade exótica». O volume coordenado por Dodin e Rather, no contexto da «história tibetana», recupera a perspetiva crítica do «Orientalismo» divulgada por Edward Said no final da década de setenta. (Aliás, o artigo de Eliot Sperling aborda precisamente a construção «orientalista» da imagem do Tibete na presença da violência na tradição tibetana.) Se de um modo genérico a construção de um modelo identitário «exótico» serviu e resultou da ação colonial sobre as diferentes realidades asiáticas, o caso do Tibete não terá sido de todo incólume à visão e às perspetivas «orientalizantes». Porém, a lógica de construção da identidade nacional tibetana também em oposição aos impérios autóctones, muitas vezes, sobretudo recentemente, apropria-se

30 Melvyn C. Goldstein, *The Snow Lion and the Dragon: China, Tibet, and the Dalai Lama*. Berkeley, University of California Press, 1997.

31 Dalai Lama XIV; David Howarth *Minha Terra, Meu Povo, Autobiografia de Sua Santidade, o Dalai Lama*. Rio de Janeiro, Palas Atena, 2001. Veja-se também sobre o XIII Dalai Lama, Charles Bell, *Portrait of a Dalai Lama. The Life and Times of the Great Thirteenth*. Londres, Wisdom Publications, 1946.

32 Sabine Wienand, *Dalai Lama XIV*. Barcelona, Expresso, 2011.

33 Thierry Dodin e Heinz Rather (ed.), *Imagining Tibet – perceptions, projections and fantasies*. Boston, Wisdom Publications, 2001.

em prol de uma acção afirmativa de parte (ou do todo) desse imaginário ocidental do que pode ser (ou poderia ter sido) o Tibete.

Deste modo, convém elencar num quadro cronológico objetivo os diversos contactos ocidentais com a realidade tibetana, que serviram à construção de «imagens do Tibete», sendo que à medida que construirmos esse quadro daremos conta da bibliografia disponível.

Existem alguns relatos de contactos entre a Europa Medieval e o Tibete, sob domínio mongol, por intermédio das rotas comerciais desse tempo. No «estudo histórico» de *Os Portugueses no Tibete (...)*³⁴, Hugues Didier faz uma análise sumária desses relatos, remetidos para o «domínio da lenda», ao invés do da «realidade histórica». James Cooper³⁵ partilha a mesma opinião sobre tais «relatos» medievos³⁶. O artigo sobre o Tibete de João Pedro Marques, no *Dicionário de História Religiosa de Portugal*³⁷, coloca sob outra perspetiva esses rumores, considerando que contribuíram para a formação do mito do «Gran Cathayo», ou seja, da existência de uma «cristandade perdida» no coração da Ásia.

Em boa verdade, não existem fontes concretas que comprovem qualquer contacto direto prévio com o Tibete, até ao século XVII. Deste modo, a viagem do padre António de Andrade, em 1624, ao reino de Guge, no Tibete Ocidental, foi o primeiro encontro direto dos europeus com o território e povo tibetanos. Os relatos de Andrade foram publicados logo no século XVII, sendo amplamente difundidos pelos jesuítas em várias línguas europeias. No entanto, só no alvor do século XX seriam elaborados estudos históricos sobre a viagem desses jesuítas portugueses. Referimo-nos, em Portugal, ao estudo de Francisco Maria Pereira Esteves³⁸, o qual enquadra uma edição de 1921 das cartas do padre António Andrade. Nesse volume, entretanto reeditado, Pereira Esteves escreveu uma breve biografia do explorador jesuíta e um sucinto ensaio antropológico sobre o Tibete. Três anos mais tarde, o historiador jesuíta Cornelius Wessels publicou o seu *Early Jesuits*

34 Hugues Didier, «Estudo histórico», em *Os Portugueses no Tibete: os primeiros relatos dos jesuítas (1624-1635)*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, pp. 11-72.

35 Veja-se de novo James Cooper, «The first western in Lhasa», em Alex McKay (ed. lit.), *The History of Tibet*. Londres, Nova Iorque, Routledge/Curzon, 2003, pp. 732-734.

36 Recentemente, contudo, Joseph Abdo retoma com mais credibilidade esses relatos, associando-os ao mito das «cristandades perdidas de São Tomé», ao qual dá particular importância no seu *The Christian Discovery of Tibet*. Los Angeles, Tenth Island Editions, 2011.

37 João Pedro Marques, «Tibete e Ásia Central», em Carlos Azevedo (coord.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 3. Lisboa, Circulo de Leitores, pp. 282 a 284.

38 *O Descobrimento do Tibet pelo P. António de Andrade Da Companhia de Jesus, em 1624, Narrado em duas cartas do mesmo religioso*. Estudo histórico, notas e transcrição dos textos de Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa, Coimbra, Academia das Ciências de Lisboa, Imprensa da Universidade, 1921, pp. 10-37. Este estudo foi reeditado em edição fac-símile pela Alcalá com o apoio da Companhia de Jesus e da Academia de Ciências de Lisboa em 2005.

*Travellers in Central Asia 1603-1721*³⁹. Trata-se, mesmo nos dias de hoje, de uma obra fundamental para o estudo da exploração da Ásia Central pelas diversas missões e viagens jesuítas. Organizada em sete capítulos, a narrativa de Wessels, extensamente documentada em fontes da época, aborda em primeiro lugar a viagem de Bento de Góis à China, detendo-se, posteriormente, na figura e na viagem de António de Andrade⁴⁰, e analisando, em capítulo autónomo, o estabelecimento e a sobrevivência da Missão Cristã de Tsaparang. As viagens de Francisco de Azevedo, de Estevão Cacela, de João Cabral, de John Gruber e de Albert D'Orville, são analisadas noutros capítulos, sendo que o último momento do livro é dedicado à figura e às viagens de Ippolito Desideri. De facto, podemos afirmar que existiram dois momentos fundamentais na exploração jesuíta do Tibete, o inicial protagonizado por António de Andrade em 1624 e outro por Desideri em 1714. Períodos que também parecem corresponder a um predomínio inicial dos missionários portugueses nessa exploração, mais tarde ultrapassado pelos seus correligionários de origem italiana, apesar das nacionalidades nas missões sempre terem sido muito diversas.

As «famosas cartas» de António de Andrade, juntamente com textos de época de Francisco de Azevedo, de Estevão Cacela e de João Cabral, foram, mais recentemente, editadas primeiro em França, com estudo introdutório de Hugues Didier e logo depois em Portugal, na obra já citada *Os Portugueses no Tibete*⁴¹. Em 2016, a Livros de Bordo reuniu pela primeira vez em português moderno as quatro «cartas do Tibete» de António de Andrade.⁴² Para o segundo período de exploração jesuíta do planalto tibetano, centrado nas viagens de Desideri, existem duas abordagens fundamentais. A mais recente é de Luciano Petech⁴³, num livro que segue a análise Wessels, *An Account of Tibet: the travels of Ippolito Desideri of Pistoia*⁴⁴.

Para além da investigação historiográfica sobre estes primeiros contactos dos jesuítas com a realidade tibetana – a qual, em boa verdade, veio clarificar as águas e definir quem tinham sido os primeiros europeus a atingir

39 Cornelius Wessels, *Early Jesuit travellers in central Asia (1603-1721)*. Haia, Nijhoff, 1924.

40 Este capítulo, respeitante à viagem de António de Andrade, foi traduzido e editado em opúsculo, ver C. Wessels, *António de Andrade, S. J. viajante no Himalaia e no Tibete (1624-1630)*, traduzido do holandês por A. R. Gonçalves Viana. Lisboa, Sociedade Geografia de Lisboa, s/d.

41 *Os Portugueses no Tibete: os primeiros relatos dos jesuítas (1624-1635)*, coordenação e fixação dos textos da edição portuguesa de Paulo Lopes Matos, estudo histórico de Hugues Didier, tradução de Lourdes Júdice a partir de *Les portugais au Tibete: les premières relations jésuites (1624-1635)*. Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

42 António de Andrade, *Cartas do Tibete*, introdução de José Raimundo Noras, Portimão: Livros de Bordo, 2016.

43 Luciano Petech, *I missionari italiani nel Tibet e nel Nepal*. Roma, Libreria dello Stato, 1952-1956.

44 Filippo de Filippi (ed.), *An Account of Tibet: the travels of Ippolito Desideri of Pistoia, S.J., 1712-1727*. Londres, George Routledge & Sons, 1937.

o Tibete⁴⁵ –, é interessante dar nota, ainda, das relações estabelecidas entre os britânicos e o Tibete. Foi editada, em 1977, por Julie Marshall sob o título de *Britain and Tibet (1765-1947)* uma antologia de bibliografia, a cujos artigos já nos referimos. Esta, contudo, não se reportava apenas às expedições britânicas no Tibete, incluía um capítulo dedicado à exploração do Himalaia e outros dedicados ao Nepal e ao reino do Butão. Bastante mais recentemente, com grande aplauso da crítica especializada, a historiadora inglesa Kate Teltscher deu à estampa *The High Road To China: George Bogle, The Panchen Lama and the First British Expedition to Tibet*⁴⁶. Neste livro, a autora não só nos traz uma nova visão sobre a primeira viagem britânica ao Tibete, protagonizada por George Bogle, como interpreta esse episódio enquanto tentativa de estabelecimento de relações privilegiadas com a China por parte dos britânicos da Companhia das Índias Orientais. Organizada em três partes, com recursos narrativos estimulantes, a obra de Teltscher propõe uma análise original das relações entre o «poder inglês» centrado na Índia, a corte tibetana liderada pelo VI Panchen Lama, Lobsang Palden Yeshe, e o poderoso e cobiçado império chinês.

Formadas por esses relatos de viajantes, foram-se consolidando diferentes perspectivas no imaginário ocidental do Tibete, que subsistem no substrato do debate da «questão tibetana». Ao mesmo tempo, a sobrevivência da identidade cultural tibetana, dentro e fora da assunção de uma nacionalidade, foi de certo modo incorporando parte desse imaginário, ou pelo menos nunca o chegou a confrontar. Construída «entre impérios», fruto, fundamentalmente, de uma religiosidade própria, a fronteira identitária do Tibete, cada vez mais extravasa as reivindicações autonómicas. Na «espuma dos dias», de tempos a tempos, a agenda política internacional é sobressaltada por «gritos por um Tibete livre» e, como já exemplificámos, a história tem sido o sustentáculo da propaganda, de parte a parte. Desenvolver um estudo sobre a construção da identidade cultural tibetana e sua sobrevivência não será tarefa fácil. Consideramos que o problema deverá, sempre, ser equacionado numa perspectiva de longa duração, que vai do século VII ao século XX. Neste breve ensaio, apenas nos propusemos a apontar os caminhos que têm sido seguidos no âmbito dos estudos historiográficos e de análise política sobre a construção de um «Tibete entre impérios»⁴⁷.

45 Wessels contradiz com a autoridade das fontes consultadas os relatos do aventureiro sueco Hedin, quando este afirma ser o primeiro europeu a contactar o Tibete e chegar a Lhasa, veja-se o relato do próprio em Sven Anders Hedin, *A Conquest of Tibet*. Nova Iorque, Halcyon House, 1941.

46 Kate Teltscher, *The High Road to China: George Bogle, the Panchen Lama and the First British Expedition to Tibet*. Londres, Bloomsbury, 2006.

47 Damos nota das revistas de especialidade onde recorrentemente se aborda este assunto *Current History: A journal of contemporary world affairs*, revista de relações internacionais; *The China Quarterly*, artigos sobretudo com a perspectiva chinesa; *The Journal of Asian Studies*; e, naturalmente, a *Harvard Journal of Asiatic Studies*.